

Integração desintegradora: a trajetória de projetos hidrelétricos desde a IIRSA até as comunidades locais¹⁹

Humberto José da Rocha²⁰

As hidrelétricas enquanto projetos de integração global

A Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA) compreende um fórum de integração firmado em setembro de 2000 em Brasília, reunindo 12 países sul-americanos com o intuito da “definição de uma estratégia de trabalho conjunto visando à integração das infraestruturas nacionais” para fazer frente ao problema da “fragmentação da infraestrutura física instalada na região, sendo apontada como principal causa a falta de uma visão abrangente de América do Sul, enquanto unidade geoeconômica e não como conjunto de países apartados entre si” (Verdum, 2007: 17-18).

Além dos Estados nacionais, participam direta e indiretamente nos diferentes projetos, instituições financeiras como o Banco Mundial (Bird), e empresas de grande porte como a General Electric (GE) (Verdum, 2007: 22), algumas inclusive envolvidas diretamente em hidrelétricas na bacia do rio Uruguai. Nesse contexto, o Brasil lançou em janeiro de 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de acelerar a economia e a modernização tecnológica, aumentando a competitividade e promovendo a integração interna e externa através de investimentos em infraestrutura no qual o maior orçamento cabe ao setor energético (Verdum, 2007: 28).

Então, a concepção de um projeto hidrelétrico não se dá necessariamente no local em que este será instalado, mas, o que fica claro é que os agentes mobilizam recursos a partir de um movimento de *reterritorialização* constante que vai concretizar projetos globais em diferentes locais formando um circuito recíproco. Nesse sentido, é importante a ideia de Ribeiro (1991: 102) de que as hidrelétricas, enquanto projetos de “grande escala”, “são oportunidades únicas para se promover, num con-

texto regulamentado, a articulação do capital internacional e nacional sob a supervisão de diferentes Estados nacionais e de organizações supranacionais”, sendo que o “consórcio é a entidade social, econômica e política concreta que opera essa articulação”.

A inserção no Brasil e a torção da razão

O Brasil ampara suas decisões principalmente na necessidade de energia em vista do PAC, em que termos como “crescimento”, “progresso” e “desenvolvimento” são mencionados como sinônimos de uma política dirigida pelo o Estado e o capital privado visando o interesse da maioria da população do país, muitas vezes diminuindo o fato de que as populações locais tendem a arcar com os efeitos negativos desses projetos (Santos, 2007). De qualquer forma, os empreendedores não encontram maiores dificuldades para justificar seus projetos através da ideia de “desenvolvimento”, que é difundido genericamente como sinônimo de “progresso”, “melhoria de vida” e como um caminho inevitável.

Por outro lado, à medida que se aproximam das populações locais para a inserção desses projetos, o conceito de “desenvolvimento” tende a ser adequado pelo empreendedor em relação ao “mercado linguístico” local (Bourdieu, 1996), assumindo formas discursivas como “desenvolvimento regional” e “desenvolvimento sustentável”. O “desenvolvimento regional” assume o papel de argumentação do empreendedor no intuito de atrair a participação de empresas locais nas obras ou mesmo para inserir empresas nacionais e transnacionais no local pretendido, ao passo que o “desenvolvimento sustentável” incorpora a ideia de atendimento das necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras (Ribeiro, 1992; Santos, 2007).

Do ponto de vista do discurso e seus efeitos, esses enunciados podem ser entendidos como uma estratégia do empreendedor no sentido da “torção da razão”, sendo que a intenção de tal discurso no contexto da inserção do projeto através do licenciamento ambiental “não é internalizar as condições ecológicas da produção”, o que dificultaria o argumento e a execução deste

19. Este trabalho foi elaborado a partir de parte da Tese de Doutorado intitulada “Relações de poder na hidreletricidade” defendida no PPG/IFCH na UNICAMP-SP.

20. Universidade de Passo Fundo (UPF)



projeto hidrelétrico, mas, “proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável, sustentado nos mecanismos do livre-mercado como meio eficaz para assegurar o equilíbrio ecológico e a igualdade social” (Leff, 2009: 239).

Então, encampando o discurso do “desenvolvimento regional” e da “sustentabilidade”, os consórcios propõem as obras para as comunidades locais. Hannigan (2009) defende que o sucesso das propostas no campo ambiental está relacionado a alguns fatores que irão compor o que ele denomina de “construção social das questões e problemas ambientais”. Essa construção é mencionada pelo autor como uma estratégia a ser seguida principalmente pelos ambientalistas, porém, no caso que estudamos, o que ficou evidente foi que esses aspectos corresponderam exatamente às iniciativas do empreendedor, corroborando as ideias de “confluência” de discursos e “torção da razão” quando da inserção do projeto global, o que, somado aos interesses específicos de cada grupo, ocasiona o que chamamos de desintegração local.

A desintegração local

Fomentadas de forma integrada pela IIRSA e com o PAC, no caso brasileiro, as hidrelétricas compreendem projetos que buscam inserção nos respectivos locais. A partir do caso da instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai, elencamos agentes sociais que consideramos importantes no processo, tendo em vista o poder e a representatividade de parte importante da comunidade local. Listamos o poder público, a imprensa, as universidades, as associações civis, os indígenas, os sindicatos de trabalhadores rurais, os pescadores e a Igreja Católica, como agentes estratégicos sobre os quais baseamos nossa análise no sentido de compreender como acontece a *desintegração* desses e como isso reflete nas relações de poder para a instalação da hidrelétrica.

A porta de entrada dos projetos globais tem sido o *poder público* e as elites locais. Nesse sentido, David Harvey (2004, p. 166) assinala que ao passo que o capital global e os Estados nacionais se organizam em torno de projetos de grande escala e buscam lugares de ancoragem, existem grupos locais que se organizam no sentido não só de atrair e promover esses projetos, mas, explorá-los da melhor forma, partindo do pressuposto de que a obra esteja certa para o local e que dela possam obter vantagens.

Dentre as tendências que governaram tanto os estados quanto os municípios em questão, verificamos que as mudanças de governo ocorridas no período não chegaram a interferir na postura desses agentes sociais ante a inserção dos projetos hidrelétricos. Isto é ainda mais evidente quando analisamos a esfera federal, que mesmo apresentando a maior mudança do ponto de vista ideológico – com a transição do governo FHC (PSDB) para o governo Lula (PT)

em 2002 – o setor energético, especialmente o hidrelétrico, registrou crescimento, tanto que a UHE Foz do Chapecó foi instalada a partir do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) coordenado pelo governo do partido que tem a maior identificação com o Movimento dos Atingidos por Barragens (Pase e Rocha, 2010). Na fase de licenciamento prévio da UHE Foz do Chapecó, prefeitos da região reuniram-se com representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), reivindicando que o licenciamento fosse conduzido “de forma bastante madura e até de maneira definitiva, no sentido de conceder essa licença ambiental de instalação”, pois, ainda no entendimento dos representantes do poder público, a hidrelétrica em questão seria “promotora do desenvolvimento para nossa região, uma vez que também a geração de energia deverá incrementar a renda dos nossos municípios, como royalties, e também por ser uma obra aguardada há algum tempo” (Expresso d’Oeste, 19 mar. 2004).

A manifestação evidencia a mobilização do poder público e de associações locais no sentido de viabilizar a obra, indo de encontro à afirmação de Harvey (2004) quando o autor assinala tal mobilização local para a atração de projetos globais.

O apoio do poder público local na inserção de um projeto global precisa considerar a “opinião pública”, que, segundo Norbert Elias (2006: 124-125), compreende, de certa maneira, “um grupo de pressão não organizado ou não especialmente muito organizado, fator potencial de influência nas decisões governamentais”.

Nesse sentido, é importante a análise acerca dos *veículos de comunicação* no caso em questão, sobre o qual o estudo de Locatelli e Weber (2011) demonstra que os “jornais regionais responderam por 81% do total das matérias publicadas” ao passo que os estaduais e nacionais “abordaram essencialmente acontecimentos ligados ao cronograma da obra”. Sobre a “matriz cognitiva”, os autores concluíram que “predominou a matriz desenvolvimentista, gerada na comunicação do concessionário”. Sobre as “fontes” das matérias, os autores perceberam que a maioria delas contou apenas uma fonte, sendo que “predominaram diretores e empregados da Foz do Chapecó e especialistas por ela contratados”, os autores observaram “uma relação direta entre os textos publicados pelos jornais e os *releases* produzidos pela Foz do Chapecó”. A participação dos atingidos foi no sentido de corroborar o ponto de vista do empreendedor e endossar a obra através da apresentação de um contraste entre um “antes” (vida sofrida) e um “depois” (vida feliz), sendo que na pesquisa dos autores “não foram encontrados relatos de atingidos contrários ao processo” (Locatelli e Weber, 2011:152-153).

Para além do julgamento sobre a postura da imprensa, podemos dizer que do ponto de vista da inserção do projeto na região, a



imprensa local tende, de certa forma, a promover os empreendimentos, pois, embora também possam ser encontradas passagens de questionamentos, as matérias de maior expressão dão conta dos eventuais benefícios das obras para os locais, o que tende a favorecer o apoio da opinião pública ao empreendimento.

Retomando aspectos da construção social de uma questão ambiental (Hannigan, 2009), as *universidades* conferem “autoridade científica” ao discurso proferido, por serem consideradas espaços de produção, discussão e difusão de conhecimento e informações.

Com a inserção da UHE Foz do Chapecó na região, os projetos programados pelo empreendedor foram aos poucos se concretizando em parcerias com universidades privadas locais, destacando ações como a elaboração de Planos Diretores para municípios atingidos e Programas de Educação Ambiental. Nesse sentido, é elucidativa a análise de Schugurensky & Naidorf (2004) quando os autores assinalam que num contexto neoliberal, ante o decréscimo de investimentos estatais e o avanço de financiamentos e contratos dessas instituições com empresas privadas, as universidades se veem num cenário crescente de “mercadorização do conhecimento” sobre o que é preciso considerar a postura individual dos profissionais, mas também levar em conta a necessidade de “orçamentos auto-sustentáveis”.

As parcerias entre universidades e empreendedores, confere – direta ou indiretamente –, maior legitimidade no que diz respeito, principalmente, à questão ambiental tendo em vista que as ações passaram a ter o aval de especialistas, o que, em nível de opinião pública, pesa a favor do empreendedor. Resumindo, a postura das universidades locais – sem discutir aqui o mérito da questão – tem fortalecido o empreendedor na inserção e condução do projeto na região através da autoridade científica que detém.

De acordo com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação ampla das comunidades envolvidas. Com base nessa prerrogativa, os consórcios fomentam *associações* e espaços formais para a discussão da inserção do projeto global no local. No caso da UHE Foz do Chapecó, por iniciativa de grupos da região, com o apoio do poder públicolocal e do empreendedor, foram criadas associações que, segundo a Ata de fundação de uma dessas entidades, visam representar os atingidos atuando “como elo de aproximação entre esses e o Consórcio, propiciando contatos e tratativas de entendimento em clima de muito respeito, equilíbrio e bom senso, para que se conciliem os interesses das partes sem maiores traumas” (Amista, 2002).

A partir da articulação com o poder público local e associações, o empreendedor estimulou a formação de Comitês Municipais de Negociação, que consequentemente formariam o Fórum Representativo de Negociação com o intuito de ampliar a representati-

vidade da comunidade na discussão sobre o projeto hidrelétrico. Embora tenha acompanhado o processo de instalação desses fóruns, o MAB se recusou a participar, pois, segundo entrevista que fizemos com uma liderança do MAB/Sul, “essa é uma estratégia construída pelas empresas no sentido de deslegitimar o movimento social. Então, nesse ambiente de negociação que é preparado pela empresa, cria-se um processo de cooptação e de exclusão de famílias que teriam direitos”.

A discordância entre os movimentos sociais e as associações marca a divisão dos atingidos no processo, o que permite a comparação com o contexto anterior a essas novas formas de participação quando da instalação da UHE Itá. Naquele período, o MAB representava quase que exclusivamente os atingidos, sendo que no contexto atual, da UHE Foz do Chapecó, por exemplo, essa representatividade acaba sendo dividida, disputada com outros segmentos sociais, comprometendo o equilíbrio de forças nas relações de poder. Tendo em vista o caso da UHE Foz do Chapecó, para além das razões do movimento social ou da associação civil, ficando nítido que a desintegração entre os grupos locais refletiu em favor da inserção da hidrelétrica.

Seguindo na perspectiva conflitiva da inserção de projetos hidrelétricos, os *indígenas* têm se mostrado importantes agentes na mobilização social contrária às barragens em diferentes partes do Brasil (Santos & Nacke, 2003). Porém, o caso da UHE Foz do Chapecó pode representar uma novidade no sentido da inserção desses projetos globais, já que, neste caso, um Anexo ao Edital nº 002/2001 da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), estabelecia que o consórcio vencedor do leilão deveria comprar parte de uma área já escolhida para a criação da Reserva Indígena Aldeia Condá (kaingang), no município de Chapecó-SC. Embora o processo de demarcação da reserva estivesse em andamento desde 1998, o advento da usina alterou drasticamente o rumo das negociações.

A primeira vista, parece certo afirmar que o envolvimento da Foz do Chapecó Energia S.A. no processo de demarcação da Reserva potencializou a aquisição da área a partir de um aporte de recursos que a Funai (Fundação Nacional do Índio) não dispunha naquela ocasião, porém, isso precisa ser relativizado, visto que tratando-se de uma obra financiada em aproximadamente 80% pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), logo, de maneira indireta, é o Estado quem está disponibilizando o recurso. Além disso, é preciso assinalar que o mesmo Estado tem participação acionária de 49% no empreendimento através da Eletrobrás Furnas e da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-RS), além das participações dos Fundos de Pensão que integram a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), representando outra forma de participação do capital estatal no empreendimento.



Então, o atrelamento da instalação da hidrelétrica com a demarcação da Reserva Indígena causou uma reconfiguração de forças, que do ponto de vista das relações de poder, pode representar uma inovação. Com recursos disponibilizados pelo Estado, sem ter que intermediar a negociação entre indígenas e agricultores, e ainda podendo justificar o atraso no repasse dos recursos para a compra da área em decorrência de “conflitos sociais”, o consórcio obteve vantagem em relação ao MAB, tendo em vista que, no caso em tela, era o movimento social quem estaria obstruindo a *ajuda do empreendedor à causa indígena*, que do ponto de vista da legitimação, representou um ponto importante em favor do consórcio e contra o movimento social.

Do ponto de vista dos indígenas, esses tiveram a sua luta pela terra transformada numa questão de barragem, de tal forma que se viram obrigados a contrariar o movimento social com o qual mantinham relação de aliança, em favor de um empreendimento que, no final, significaria a conquista da área para a Reserva.

O caso da demarcação da Reserva Indígena implicou em negociação de propriedades para a sua instalação. Já que na área escolhida predominavam propriedades de agricultores familiares, a ação do *sindicato rural* aconteceu no sentido de organizar os que na região estavam predominantemente associados ao Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar de Chapecó e Região (Sintraf-Chapecó). Ciente da questão indígena como condicionante para o licenciamento do empreendimento, o MAB também passou a articular os agricultores da região, alguns deles atingidos pela barragem. Em dezembro de 2001 o MAB montou um acampamento na região da futura reserva, com o intuito de impedir os trabalhos da Funai para as negociações das propriedades, sem que antes fosse garantida a indenização justa e reassentamento para aproximadamente 3000 famílias que seriam atingidas pelo lago da usina em toda a região.

Disso, verificamos a confluência de interesses representados pelo Sintraf, que defendia os agricultores, pela Funai, cuja responsabilidade era de conduzir o processo de demarcação da Reserva, pelo empreendedor, enquanto responsável pela instalação da hidrelétrica e pelo suporte financeiro para a aquisição da área da reserva, e pelo MAB, que além de representar parte dos agricultores atingidos pela barragem no local da futura reserva, considerava o caso pela perspectiva dos atingidos no conjunto da obra na região. Com diferentes formas de ação e demandas, esses agentes sociais compunham uma arena que tinha como pano de fundo a luta pela terra, a questão indígena e ainda o processo de instalação da hidrelétrica.

De forma pontual, a relação entre o MAB e os sindicatos rurais está na gênese do movimento social, pois, juntamente com segmentos da Igreja Católica e Luterana, os sindicatos forneceram suporte para a mobilização dos agricultores em oposi-

ção aos projetos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai. No caso em questão, podemos dizer que a relação entre o sindicato e o movimento social foi – senão de antagonismo – de distanciamento, pois, ao passo que o Sintraf entendia a questão indígena como um ponto a ser negociado visando a melhor indenização para os agricultores que representava, o MAB entendia o mesmo caso pela perspectiva do confronto com o consórcio, sendo que a inviabilização da demarcação da área poderia representar o embargo da instalação da hidrelétrica.

A medida que as negociações avançaram e iniciaram os trabalhos de engenharia, outro grupo social importante, os *pescadores*, foram os que mais evidentemente assumiram uma condição de atingido quando da instalação dessas obras, tendo em vista que seu sustento advinha do rio que teria seu volume, vazão e estrutura da água modificados. No caso da UHE Foz do Chapecó, duas colônias de pescadores representavam a categoria na região quando da instalação do empreendimento, a Colônia de Pescadores Z 29 (Chapecó-SC) e a Colônia de Pescadores Z 22 (Iraí-RS), sendo que esses dois agentes sociais mantinham uma aproximação histórica com o MAB desde a época de discussão da UHE Itapiranga (mais próxima de Iraí) e da UHE Iraí – atual UHE Foz do Chapecó – mais próxima de Chapecó.

O elemento fundamental de análise sobre os pescadores diz respeito à organização de outra colônia de pescadores oriunda da Z 29, a Colônia de Pescadores Z 35 (São Carlos-SC), compreendendo principalmente a região da Volta Grande, entre os municípios de Alpestre-RS e São Carlos-SC, à jusante da hidrelétrica, no trecho que compreende aproximadamente 23 km de rio entre a barragem e a casa de força.

Analisando a formação da nova Colônia na perspectiva das relações de poder, são importantes as palavras do então presidente da nova colônia, que nos falou, em entrevista, sobre o período de organização para a constituição da entidade em relação à Colônia de Pescadores Z 29 de Chapecó-SC, da qual a nova colônia se desmembrou, bem como em relação ao MAB, aliado desde a década de 1980 quando da UHE Iraí. Em relação ao desmembramento da Colônia de Pescadores Z 29, o entrevistado nos explicou que “os pescador lá da montante [Z 29] podem explorar a pesca esportiva, mas aqui na Volta Grande não tem como, porque até vai diminuir a água”. Ainda sobre a criação da nova Colônia de Pescadores Z 35, mas em relação ao MAB, o presidente argumentou que “nós somos parceiro na luta, mas [...] quando nós fomos fundar aqui [a Z 35] eles foram contra porque eu não era militante do MAB”. Já em relação ao empreendedor, na mesma oportunidade, o presidente explicou: “eles adquiriram esse prédio [local da entrevista e sede da Colônia] e deram pra Prefeitura que daí doou pra nós, mais um barco. [...] Mas isso não resolve o problema, porque são mais de cem pescador só aqui na Volta [Grande]”.



A iniciativa de criar uma nova Colônia de Pescadores foi acolhida pelo empreendedor – supostamente – pela percepção de que um novo agente social alteraria a composição da categoria no sentido de um espalhamento da representatividade que até então mantinha um alinhamento com o MAB, o que pôde ser percebido pelo apoio desse ante a criação da nova colônia de pescadores em São Carlos. Desta suposta pulverização da representatividade da classe, podemos dizer que o empreendedor levou vantagem em relação ao embaute com o MAB enquanto socialagente antagônico, já que ocorreu o acréscimo de um novo agente social na representatividade que não necessariamente estaria alinhado ao MAB – advindo de uma representatividade desse –, o que é reforçado pelo fato de que, desde então, segundo o que nos relatou em entrevista o presidente da Colônia de Pescadores Z 35, ele é o representante da região (Z 29 Chapecó, Z 35 São Carlos e Z 22 Irai) perante os órgãos nacionais, o que pode sugerir um ganho de capital social deste novo agente em relação à composição de forças anterior ao desmembramento da categoria.

Finalmente, nossa análise recai sobre a Igreja Católica, mediadora histórica na questão das barragens na bacia do rio Uruguai, sendo consideradaberço da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) – atual MAB (Rothman, 1996). No caso da UHE Foz do Chapecó, essa mediação ganhou cores especiais no ano de 2004, através da Campanha da Fraternidade sob o *slogan* “Água, fonte de vida”. Neste ano, a 18ª Romaria da Terra e da Água reuniu aproximadamente dez mil pessoas, oportunidade em que o bispo da Diocese de Chapecó “lembrou que a romaria foi realizada em São Carlos-SC justamente para denunciar e promover o debate sobre os impactos negativos que a construção de usinas hidrelétricas podem trazer” (Expresso d’Oeste, 16 Set. 2004). Sobre a mesma questão, a Coordenadora das Pastoris Sociais da Diocese de Chapecó nos explicou, em entrevista, que “a gente precisa dar acompanhamento para essas famílias. É uma luta muito grande e nós participamos de vários momentos, seja de mobilização, ocupação de canteiro e celebrações”.

Na época da instalação da hidrelétrica, um evento comemorativo na Paróquia de Águas de Chapecó-SC reuniu representantes da Mitra Diocesana de Chapecó e autoridades políticas locais. Na ocasião, a preocupação com as comunidades atingidas chegaram a ser expressas pelos participantes, porém, o que ficou mais evidente foi a reivindicação junto ao consórcio, de uma área de 50 mil metros quadrados junto ao rio, dentre os quais cinco mil metros quadrados serviriam como área de lazer para a Diocese de Chapecó. Sobre a reivindicação, um dos padres defendeu que “nada mais justo [...], já que comemoramos 75 anos de atuação dos missionários da Sagrada Família na região [...]. É uma

oportunidade para que tenhamos um pequeno retiro para pescar, jogar uma canastra, jejuar, rezar” (Expresso d’Oeste, 10 nov. 2006).

Souza (2004) menciona que a Igreja Católica não pode ser analisada como um bloco homogêneo, pois tem suas contradições internas e desafios frente à complexidade social. Por outro lado, o autor chama a atenção para a necessidade de “estar atento ao mundo eclesial mais amplo e às tendências e práticas nas igrejas locais”. Disso, podemos perceber posturas diferentes ante a instalação da hidrelétrica, pois ao passo que o bispo e a coordenadora se manifestaram no sentido da mobilização popular, o padre vislumbrou a possibilidade de incremento da estrutura clerical a partir de iniciativas do empreendedor e do poder público.

Outro aspecto relevante é o momento atual da Igreja Católica a partir de uma perspectiva de “resposta católica a um mercado religioso” (Souza, 2007). A opção da igreja por transmitir sua mensagem pela linha carismática suscita dois reflexos: internamente, contrário à Teologia da Libertação, mais influente nas décadas de 1970-80; e externamente, voltado ao neopentecostalismo, com uma linha muito mais artística do que política de interação com o público. Isso, no contexto das relações de poder para a instalação de uma hidrelétrica tem um peso importante, pois conforme nos explicou a coordenadora das pastorais em entrevista, “também tem a parte da mística que na década de 70 e 80 ajudava muito na mobilização [...] frente a uma dificuldade, um desafio, uma polícia na tua frente, te ajudava a não arredar o pé. Tu ia também pela paixão, pela espiritualidade, aquilo te dava confiança, e hoje tu já não vê isso, não é como antes”.

Considerações finais

Da análise mesmo que panorâmica da postura dos grupos sociais locais ante a inserção da hidrelétrica enquanto projeto global, podemos perceber uma forte integração dos grupos no topo (IIRSA) e uma conseqüente desintegração na base (local das obras).

A partir do caso da UHE Foz do Chapecó podemos perceber que a porta de entrada dos projetos globais nos respectivos locais se dá através do poder público, que apoia a inserção baseado na suposta compensação financeira. O apoio do poder público é endossado pela ação da mídia que ajudou a enfatizar os supostos benefícios desses projetos para a região, mídia essa que, no caso estudado, corresponde a pequenas empresas familiares normalmente sem jornalistas profissionais e tendo o comércio do espaço como princípio. As universidades, especialmente as privadas, se mostraram inseridas na lógica da captação de recursos para ensino, pesquisa e extensão, o que foi oferecido pelo consórcio através de parcerias que ajudaram a agregar à obra um discurso científico.



Considerando a inserção da obra como certa para a região, as associações civis fomentadas pelo próprio consórcio e pelo poder público mobilizam a comunidade no sentido da melhoria das indenizações. Os indígenas tiveram a demarcação das suas terras atreladas à inserção do projeto, logo, não manifestaram a costumeira contrariedade em relação à obra. A demarcação da reserva indígena, financiada pelo consórcio, refletiu na negociação com agricultores da região, que, representados pelo sindicato, priorizaram as vantagens econômicas para os associados. Tendo em vista as diferenças entre montante e jusante após a instalação da barragem, os pescadores acabaram se dividindo, o que contou com o apoio do consórcio. A opção da Igreja Católica pela linha carismática em resposta ao “mercado religioso” apontou para a diminuição da participação da igreja na mobilização social, o que foi fundamental quando da criação do MAB, quando a igreja atuava principalmente baseada na teologia da libertação.

À medida que analisávamos as situações pontuais no processo de instalação da hidrelétrica que estudamos, ouvíamos ecos do

“dividir para conquistar” – estratégia atribuída originalmente ao general chinês Sun Tzu ainda antes de Cristo (A arte da guerra) – o que procuramos conter não só para evitar o clichê, mas por entendermos que, junto à ação do empreendedor que tende a pulverizar os grupos, aguçando seus interesses particulares, esses, em diferentes momentos, mostraram-se crenes na possibilidade da vantagem própria a partir da obra.

Sem pretender julgar as ações dos grupos sociais elencados, percebemos que em alguns casos essas vantagens se concretizaram, noutros foram momentâneas ou ficaram apenas na esperança. De qualquer forma, tendo em vista que, no caso das hidrelétricas, são essas comunidades que arcam com os prejuízos ambientais e sociais em nome de um suposto “crescimento”, se esses grupos mantivessem uma integração semelhante a dos empreendedores, diminuiriam as assimetrias nas relações de poder. Dessa forma, que se pesem os interesses específicos de cada grupo, a obra não necessariamente seria rechaçada, mas, as compensações estariam mais condizentes com os prejuízos dessas comunidades.

Referências

- Amista (2002) *Estatuto da Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó*, Chapecó, 11 de set.
- Bourdieu, Pierre (1996) *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*, São Paulo, USP.
- Elias, Norbert (2006) *Escritos & ensaios; 1: Estado, processo e opinião pública*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- Foz do Chapecó Energia (2003) *Projeto Básico Ambiental*, Porto Alegre, abr.
- Hannigan, John (2009) *Sociologia ambiental*. Petrópolis, Vozes.
- Harvey, David (2004) *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, 13º ed, São Paulo, Loyola.
- Leff, Enrique (2009) *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*, Petrópolis, Vozes.
- Locatelli, Carlos; Weber, Maria Helena (2011) A comunicação estratégica entre a cidadania e a construção de barragens no Brasil. In: Morigi, V.; Girardi, I. M. T.; Almeida, C. D. de. *Comunicação, informação e cidadania: refletindo práticas e contextos*, Porto Alegre, Sulina, pp. 133-160.
- Pase, Hemerson Luiz; Rocha, Humberto José (2010) O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico, *Revista Debates*, Vol. 4, Porto Alegre, pp. 32-59.
- Ribeiro, Gustavo Lins (1991) *Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro*. São Paulo, Marco Zero, ANPOCs
- _____ (1992) Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado, *Nova ideologia/utopia do desenvolvimento*, Série Antropologia, Vol. 123, Brasília, Universidade de Brasília, pp. 2-36.



Rothman, Franklin Daniel (1996) A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai (1979-1983) In Navarro, Zander. (org.) *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

Santos, Silvio Coelho dos (2007) Hidrelétricas e suas consequências socioambientais. In: Verdum, Ricardo (org.) *Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais*. Brasília: INESC, pp. 41-56.

_____; Nacke, Aneliese (org.) (2003) *Hidrelétricas e Povos Indígenas*, Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Schugurensky, Daniel; Naidorf, Judith (2004) Parceria universidade-empresa e mudanças na cultura acadêmica: análise comparativa dos casos da Argentina e do Canadá, *Educação & Sociedade*, Vol. 25, n. 88, Campinas, out., pp. 997-1022.

Souza, Luiz Alberto Gómez de (2004) As várias faces da Igreja Católica, *Estudos Avançados*, São Paulo, Vol. 18., n. 52, pp. 77-95.

Souza, André Ricardo de (2007) Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, Vol. 27, n.1, pp. 156-174.

Verdum, Ricardo (2007) Obras de infra-estrutura no contexto da integração Sul-Americana In _____ (org.) *Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais*, Brasília, INESC, pp. 13-40.

